



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA-CCJ-CÂMARA
MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA-RO**

Projeto de Lei nº 196/2025

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: “Dispõe sobre a utilização, manuseio, tratamento, compartilhamento e a proteção das imagens e dados gerados pelo sistema de videomonitoramento urbano do Município de Rolim de Moura/Ro e dá outras providências.”.

**PARECER
VOTO DO RELATOR
RELATÓRIO**

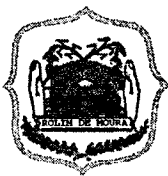
1 – Relatório

Chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) o Projeto de Lei nº 196/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a utilização, manuseio, tratamento, compartilhamento e proteção das imagens e dados gerados pelo sistema de videomonitoramento urbano do Município de Rolim de Moura/RO.

O objetivo da análise é verificar a constitucionalidade, legalidade e a boa técnica legislativa da proposição, **para fins de emissão de parecer no âmbito da CCJR**, considerando o interesse administrativo, a competência municipal e a compatibilidade da matéria com o ordenamento jurídico.

É o relatório.

2-FUNDAMENTAÇÃO.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

2.1- Da Competência Municipal e Interesse Local.

A Constituição Federal, em seu art. 30, I e II, estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

O sistema municipal de videomonitoramento urbano se insere no contexto de políticas públicas locais de segurança preventiva e proteção patrimonial.

Nessa perspectiva, ainda que o tratamento de dados pessoais seja matéria cuja regulamentação geral é de competência privativa da União (art. 22, XXX, da CF), nada impede que o Município disponha sobre **aspectos operacionais, administrativos e procedimentos internos relacionados ao uso de equipamentos e sistemas sob sua gestão**, desde que não contrarie a legislação federal, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

O Projeto de Lei, ao estabelecer diretrizes administrativas internas quanto ao armazenamento, guarda, eliminação e disponibilização das imagens geradas pelo sistema municipal de videomonitoramento, **atua no âmbito da gestão municipal dos próprios equipamentos públicos e sistemas operados pelo Município**, não legislando sobre normas gerais de proteção de dados, mas apenas disciplinando procedimentos locais.

2.2-Da Cooperação Institucional com Órgãos Estaduais.

É verdade que a cooperação com forças estaduais de segurança pública deve observar a legislação pertinente e os instrumentos próprios (convênios, acordos de cooperação e demais meios formais).

Contudo, não se identifica no texto do Projeto de Lei comando normativo que **imponha obrigações** às Polícias Civil e Militar ou ao Corpo de Bombeiros,



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

como descreve o jurídico da casa, mas apenas a previsão de compartilhamento mediante cooperação técnica, já admitida pela legislação federal (Lei nº 13.675/2018 – SUSP).

Assim, o Projeto **não invade** competência estadual, pois não organiza, regula ou disciplina atribuições internas das forças de segurança, limitando-se a autorizar a Administração Municipal a cooperar com os órgãos estaduais competentes, mais sim oportuniza o acesso as imagens da câmeras de segurança em observância ao devido processo legal

2.3-Da Técnica Legislativa.

Embora tenham sido identificados ajustes recomendáveis quanto ao art. 1º e à forma de numeração de parágrafos, tais aspectos não comprometem a constitucionalidade do Projeto e podem ser sanados por emendas corretivas, sem afetar a regular tramitação.

A Lei Complementar nº 95/98 estabelece diretrizes de técnica legislativa, mas pequena desconformidade formal, quando sanável, **não impede parecer favorável quanto à constitucionalidade**, cabendo à Comissão propor as correções necessárias.

Feito as devidas observações do presente parecer segue-se para a conclusão.

3-CONCLUSÃO.

No exame dos aspectos constitucionais, legais e regimentais, **não se verificam vícios insanáveis** capazes de obstar o regular processamento do Projeto de Lei nº 196/2025. A matéria versa sobre gestão administrativa municipal, inserindo-se no interesse local e podendo ser adequadamente disciplinada pelo Município, desde que respeitados os limites da legislação federal.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

Os eventuais ajustes de técnica legislativa podem ser objeto de emendas supressivas e modificativas, a serem apresentadas pela própria Comissão, não havendo impedimento jurídico para continuidade da tramitação.

Diante do exposto, esta **Comissão de Constituição, Justiça e Redação** opina pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e REGULAR TRAMITAÇÃO** do Projeto de Lei nº 196/2025, podendo seguir para deliberação nas demais comissões competentes.


Este é o Voto/Parecer S.M.J.

Sala das Comissões, 10 dezembro de 2025.


ADAIR CARDOSO
Relator

De Acordo


Rosa Janete Carneiro Lins


Thiago Gonçalves da Luz

